

## EDITORIAL

Apresentamos a edição de maio de 2023 (v. 18, n. 1) da Revista do Direito Público da Universidade Estadual de Londrina.

Inicialmente, destacamos que esse ano de publicações que se inicia marca uma nova fase de nossa revista, tanto do ponto de vista técnico, uma vez que inserimos totalmente nossos trabalhos na recente atualização do sistema de periódicos acadêmicos científicos da UEL, como também em face de nosso compromisso junto à comunidade acadêmica, ainda mais destacado e reafirmado, visto nossa nova classificação no Qualis junto à Capes, resultante da última avaliação: A2

Dito isto, passemos ao conteúdo da presente edição, a primeira do ano de 2023. Esta, por sua vez, é formada por textos elaborados por autores de nosso estado, o Paraná, e de todo o Brasil, com temas relacionados à mediação, acesso à justiça, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito do Trabalho, inovações tecnológicas, dentre outras temáticas.

No campo do Direito Administrativo e Constitucional, temos o artigo *“Toque de recolher para conter a pandemia da COVID-19: uma análise jurídica dos decretos”*, que busca investigar a legalidade do toque de recolher para fins de controle sanitário com base na legitimidade do estado realizado durante a pandemia recente que assolou nosso país.

Ainda nessa seara, o trabalho *“Limites e possibilidades do Direito Administrativo Municipal no contexto da COVID-19: análise do município de Viçosa-MG”*, tem o objetivo de analisar as medidas adotadas pela Prefeitura Municipal de Viçosa/MG frente à pandemia do COVID-19 sob uma ótica jurídica, ponderando se essas se mostravam constitucionais ou não.

Novamente na mesma senda temática, apontamos *“Escassez de recursos públicos: uma leitura a partir da solidariedade entre os entes federados e as pessoas”*, que objetiva analisar as consequências financeiras da pandemia do coronavírus (Covid-19), bem como os limites e possibilidades das políticas públicas frearem a disseminação do vírus.

Novamente no campo do Direito Administrativo, o artigo *“Diretrizes de gestão de riscos e de integridade na Administração Pública”* retrata parte de pesquisa científica CNPq em andamento na área de Gestão Pública, que almeja analisar o impacto das novas diretrizes sobre integridade das ações do Estado que foram publicadas nos últimos anos em nosso país.

Ainda desenvolvendo temas correlatos, aponta-se a pesquisa *“Acesso à água potável para redução de desigualdades em tempos da COVID 19 no Brasil”*, que visa responder se as políticas públicas de acesso à água potável podem ser um fator de redução de desigualdades sociais em tempos de pandemia.

Desenvolvendo os temas do acesso à informação, Direito Constitucional e Administração Pública, o trabalho *“O episódio da ‘caixa-preta’ do BNDES e a dupla direcionalidade: incompatibilidade e o rastreo pela opacidade na sociedade da informação”*, almeja apresentar a incessante busca pela transparência no BNDES durante o ano de 2019 e no ano subsequente.

Debatendo o Direito Constitucional e o Processo Civil Constitucional, o artigo *“Da inconstitucionalidade da condenação ao décuplo de custas processuais a autores populares e direitos de associações civis públicas”* busca avaliar a inconstitucionalidade das previsões normativas infraconstitucionais que prevejam

custeio de décuplo de custas judiciais a autores populares ou diretores de associações que promovem ações civis públicas, mediante análise de doutrina e jurisprudência, sob o método dedutivo.

Adentrando no Direito Ambiental, o texto *“Responsabilidade Civil Ambiental: aplicação do direito da sustentabilidade na atuação dos profissionais jurídicos em Dourados/MS”* busca entender como ocorre a aplicação do desenvolvimento sustentável através de normas jurídicas, regras e princípios, pelos aplicadores do direito em Dourados/MS, no que concerne à matéria de responsabilidade civil ambiental.

Partindo para o Direito Tributário e mediação, temos *“A Fazenda Pública na arbitragem: peculiaridades e problemáticas processuais”*, que visa abordar aspectos relevantes processuais envolvendo a fazenda pública no processo arbitral.

Já no âmbito penal, a pesquisa *“A vítima e o sistema de justiça criminal”*, tem como objetivo problematizar a participação da vítima no sistema de justiça criminal, reconhecendo suas necessidades e demandas direcionadas a este sistema.

Seguindo na seara penal, o artigo *“A pragmática linguística no procedimento penal do júri: análise dos requisitos para o discurso racional em tese defensiva supralegal absolutória”* busca defender a importância do discurso racional, em procedimento aberto, público e transparente, como forma de produzir decisões fundamentadas argumentativamente que dissipem o arbítrio e o isolacionismo subjetivista.

Por fim, partindo para o Direito do Trabalho, destacamos o texto *“A reforma trabalhista de 2017 e os limites da autonomia privada no Brasil”*, que se concentra em abordar o desvirtuamento do princípio da autonomia privada coletiva através das alterações promovidas pela Reforma Trabalhista de 2017 (Lei 13.467/2017), em relação ao negociado sobrepondo-se ao legislado.

Nessa edição nossa revista conta também com duas resenhas, que se debruçam sobre o livro *“Responsabilidade Tributária e o Código Civil de 2002”*, de Maria Rita Ferragut, e os capítulos 1 e 3 da obra *“O Direito e os Direitos Humanos”*, do autor Michel Villey.

Esperamos que apreciem a leitura do nosso primeiro volume deste ano, e que as pesquisas divulgadas ajudem a fomentar e promover o debate acadêmico por parte de todos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti  
Maio de 2023.